



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 17/09/25

ekags  
Concelção de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado Rub

Vere  
para relatar.

Em 17/09/25

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

Assinatura manuscrita em azul, com uma grande letra inicial 'H' e uma assinatura 'HL' no final.

## PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 263/2025

“Altera o anexo único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções sociais a entidades ou instituições públicas, sem finalidade lucrativa, que mantenham em funcionamento regular escolas alternativas ao sistema de ensino.”

RELATOR: DEPUTADO RUBENS VIEIRA

### I - RELATÓRIO

Apresento, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 263/2025, de autoria do nobre **Deputado Fábio Novo**, nos termos do art. 141, inciso I, alínea *a*<sup>1</sup> do Regimento Interno, que tem como objetivo principal **alterar o anexo único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções sociais a entidades ou instituições públicas, sem finalidade lucrativa, que mantenham em funcionamento regular escolas alternativas ao sistema de ensino.**

A Lei nº 6.101/2011, originada de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, autorizou o Estado do Piauí a conceder subvenções sociais a entidades e instituições sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, que mantenham atividades regulares em benefício da coletividade. Seu

---

<sup>1</sup>Art. 141. As proposições se constituem em:

I - de iniciativa comum, observada a repartição constitucional de competências:  
a) projetos de lei;

## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Ordinária nº 263/2025, de autoria do Deputado Fábio Novo, tem como finalidade alterar o anexo único da Lei Estadual nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, para incluir a Federação Piauiense de Voleibol – FPV no rol das entidades aptas a receber subvenções sociais.

No plano material, a proposição tem mérito incontestável. A Federação Piauiense de Voleibol é entidade de reconhecida utilidade pública estadual (Lei nº 8.655/2025), com mais de quatro décadas de serviços prestados ao esporte piauiense. Atua na difusão e organização do voleibol em modalidades de quadra e praia, na realização de campeonatos oficiais, na formação de atletas, técnicos e árbitros, e na parceria com programas educacionais, como os Jogos Estudantis Piauienses. Portanto, há clara relevância social e interesse público em reconhecer e apoiar financeiramente essa entidade.

Entretanto, a análise desta Comissão deve transcender o mérito e verificar a compatibilidade da proposição com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as regras do processo legislativo, notadamente quanto à iniciativa das leis que criam ou ampliam despesas públicas.

### 1. Da iniciativa privativa do Executivo

A Lei nº 6.101/2011 foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo, como determina a Constituição Estadual, justamente por tratar de subvenções sociais. Trata-se de despesa pública que depende de previsão orçamentária, execução financeira e controle administrativo.

A Constituição Federal, bem como a Constituição do Estado do Piauí, estabelecem que compete privativamente ao Governador propor leis que disponham sobre organização administrativa e atribuições de órgãos públicos, criem ou ampliem despesas obrigatórias e interfiram na execução orçamentária.

Assim, ao incluir a FPV no anexo da Lei nº 6.101/2011, o projeto amplia as obrigações do Executivo, pois a entidade passaria a concorrer por recursos orçamentários de subvenções sociais. Ainda que não haja fixação expressa de valores, a simples inclusão já acarreta reflexos financeiros e compromissos de despesa.



## **2. Da criação de despesa e da reserva orçamentária**

O art. 167, II, da Constituição Federal<sup>2</sup> veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas hipóteses constitucionais específicas. A inclusão de nova entidade no rol das beneficiárias de subvenções, ainda que autorizada por lei, constitui obrigação de alocação de recursos que não pode ser criada por iniciativa parlamentar.

O STF tem jurisprudência firme no sentido de que leis de iniciativa parlamentar que impliquem em aumento de despesa para o Executivo são inconstitucionais, ainda que não estabeleçam valores específicos, a exemplo das ADI 3239, 1923 e 5537.

O raciocínio desses precedentes aplica-se ao caso concreto: o projeto amplia, por iniciativa parlamentar, os encargos financeiros do Estado, interferindo na gestão orçamentária do Executivo.

## **3. Do princípio da separação dos poderes**

O art. 2º da Constituição Federal e o art. 10 da Constituição Estadual consagram a separação de poderes como cláusula fundamental da organização do Estado. Cabe ao Legislativo legislar em sentido amplo e fiscalizar a atuação do Executivo, enquanto a este incumbe a execução das políticas públicas e a gestão dos recursos orçamentários.

Quando o Legislativo, por meio de projeto de iniciativa parlamentar, impõe ao Executivo a destinação de recursos a determinada entidade, há indevida ingerência em função administrativa, o que viola a separação de poderes.

## **4. Da técnica legislativa**

---

<sup>2</sup> CF. Art. 167. São vedados:

(...)

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Do ponto de vista da redação, o projeto cumpre os requisitos da Lei Complementar nº 95/1998, sendo claro e objetivo. Contudo, a técnica legislativa correta não afasta o vício formal de iniciativa, que compromete sua constitucionalidade.

**5. Da solução legislativa adequada**

Apesar da inconstitucionalidade formal, não se deve perder o mérito da proposta. A Federação Piauiense de Voleibol desempenha papel social e esportivo relevante e merece ser considerada para o recebimento de subvenções sociais.

O instrumento adequado, portanto, é a conversão da proposição em Indicativo de Projeto de Lei, por meio da qual esta Casa Legislativa recomenda ao Governador que avalie a conveniência e oportunidade de encaminhar projeto próprio a esta Assembleia.

Dessa forma, respeita-se a iniciativa privativa do Executivo, preserva-se o mérito da iniciativa parlamentar e mantém-se a possibilidade de inclusão da FPV no anexo da Lei nº 6.101/2011 pelo meio constitucionalmente adequado.

Dessa forma, com a devida alteração, verifica-se que o Projeto de Lei passa a não apresentar vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, passando a plenamente adequado à ordem jurídica vigente. Passando a análise sobre o rito do referido projeto, observo que se encontra de acordo com os artigos 97, 98, 99, 100 e 101 do Regimento Interno desta Casa<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> **Art. 97.** O parecer técnico-legislativo é um documento de natureza opinativa produzido no âmbito das Comissões, devendo nele constar, em regra, as três partes a seguir:

I - relatório, em que se faz exposição simplificada da matéria em exame;

II - voto do relator e, em termos objetivos, a motivação ou justificativa técnica do voto, indicando expressamente pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, se há emendas, com a devida denominação da espécie, ou, ainda, com substitutivo anexo; e

III - parecer da Comissão, com as conclusões desta e a aposição das assinaturas, inclusive por meio digital, dos Deputados votantes, além da indicação de aprovação unânime ou por maioria, com emendas ou substitutivo.

§ 1º Se a apresentação de emenda a uma proposição ocorrer após a emissão de parecer pelo Relator, o parecer à emenda pode dispensar o relatório.

§ 2º A emenda apresentada quando a proposição se encontrar em Comissão de Mérito deve ser previamente apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º O Presidente da Assembleia pode devolver à Comissão o parecer que não atender às exigências regimentais, para o fim de ser devidamente retificado de acordo com os padrões instituídos por meio de Manual de Redação de Documentos desta Assembleia.

§ 4º Para elaboração dos pareceres conforme o padrão adotado, os Deputados podem se valer dos serviços do assessoramento e consultoria técnico-legislativa especializados, sobretudo nas Comissões de Mérito.

§ 5º Deve constar no local descrito no inciso III, o acatamento do parecer por membro de outra Comissão, quando realizada reunião conjunta, com a aposição das assinaturas que se fizerem necessárias.

§ 6º O parecer técnico-legislativo não se confunde com o parecer técnicoconsultivo, na medida em que este não é e tampouco se destina a apreciar uma proposição, embora seja também elaborado pelas Comissões Técnicas, mas a oferecer resposta de ordem técnico-



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Após a supramencionada modificação, a função legislativa passa a ser exercida por proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 141, inciso II, alínea *d*<sup>4</sup>. Ao aprofundar o exame da proposição, com a devida alteração superam-se os óbices elencados no art. 142 do Regimento Interno<sup>5</sup>.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do nobre colega Parlamentar, **Deputado Fábio Novo**, reconhecendo a relevância social e esportiva da Federação Piauiense de Voleibol e a pertinência do pleito, mas constatando a existência de vício formal de iniciativa e criação de despesa obrigatória, voto pela inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei Ordinária nº 263/2025, recomendando a sua transformação em Indicativo de Projeto de Lei, para que este, se assim entender, encaminhe proposição própria a esta Casa Legislativa.

Este é o meu parecer.

---

científica sobre algum tema de interesse social, econômico, jurídico ou de qualquer outra área relevante, consultado mediante requerimento de Deputado, de Comissão, da Mesa ou do Presidente da Assembleia.

§ 7º O parecer técnico-consultivo deve observar, na sua estruturação, apenas o relatório circunstanciado sobre o tema sob consulta e, ao final, a exposição das conclusões, sendo elaborado e subscrito exclusivamente por assessoria técnica especializada à disposição das Comissões.

**Art. 98.** É vedado a qualquer das Comissões produzir parecer sobre o que não for objeto de sua atribuição específica, sendo considerado como não escrito o parecer, ou parte dele, que infringir o disposto neste artigo.

**Art. 99.** As conclusões do exame de determinada proposição, pelo Deputado relator, devem estar consubstanciadas no voto, sendo obrigatória e de ampla liberdade a exposição das razões de fato e de direito nas quais se embasou.

**Art. 100.** O voto emitido pelo relator não vincula a Comissão e seus demais membros.

§ 1º Em decorrência do disposto no *caput* deste dispositivo, os demais membros titulares da Comissão têm a faculdade de oferecer voto alternativo, que pode vir a constituir o parecer da Comissão, caso receba maior aprovação que o voto do Relator.

§ 2º O parecer apresentado por membro não designado relator, contendo voto alternativo, não substitui o do Deputado Relator da Comissão.

**Art. 101.** Nenhuma proposição pode ser submetida à discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente, exceto nos casos previstos no parágrafo único deste dispositivo.

<sup>4</sup> **Art. 141.** As proposições se constituem em:

(...)

II - de iniciativa exclusiva parlamentar:

d) indicativos de projeto de lei;

<sup>5</sup> **Art. 142.** Não devem ser recebidas as proposições que:

I - contenham assunto alheio à competência da Assembleia;

II - deleguem a outro Poder atribuição privativa do Legislativo;

III - forem flagrantemente antirregimentais;

IV - estejam mal redigidas;

V - contenham expressões ofensivas; ou

VI - forem manifestamente inconstitucionais.

§ 1º A ocorrência de qualquer das situações elencadas nos incisos acima tem como efeito a imediata devolução da proposição ao Autor, para que promova as necessárias retificações, somente sendo encaminhadas para leitura no Pequeno Expediente quando integralmente sanadas.

§ 2º Quando qualquer das hipóteses dos incisos for observada no âmbito das Comissões, aplica-se o disposto no art. 114, II.



**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**III. PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- (☒) Aprovação  
( ) Rejeição  
( ) Alteração para Indicativo de Projeto de Lei

*Sala de Reuniões das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa, Teresina (PI),*  
\_\_\_\_\_ de setembro de 2025.

**RUBENS VIEIRA**

RELATOR

Deputado Estadual

Partido dos Trabalhadores (PT)

*Acervo*

*Transformado em Indicativo*

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, <u>23/09/25</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
<i>Justiça</i>

*Luís Nov*

*JP*

*ru*